



CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

79ª Reunião Ordinária do Conselho Permanente

Brasília – DF, 30 de outubro a 1º de novembro de 2012

*CP/12
02(Sub)*

Análise de Conjuntura – Outubro de 2012

Apresentação

Um quadro de crises marca a análise internacional: o agravamento da crise grega que se alastra por vários países europeus, apesar do prêmio Nobel da Paz para a União Europeia; o aprofundamento e a ampliação da violência na Síria, que agora atinge países vizinhos como a Turquia e o Líbano, e o ataque dos Talibãs contra jovens estudantes que lutavam pelo direito à educação.

Na dimensão latino-americana e caribenha, destaca-se no Paraguai a ameaça de impeachment contra o presidente atual, por enriquecimento ilícito; na Colômbia, o prosseguimento das negociações para a paz; na Venezuela, a reeleição apertada do presidente Chávez. Finaliza-se com a menção à Assembleia da Sociedade Interamericana de Imprensa e suas posições contrárias à democratização do acesso aos meios de comunicação no continente.

Um balanço inicial do resultado das eleições municipais abre o debate sobre a análise nacional. Em seguida, avaliam-se os múltiplos significados do julgamento do mensalão para a democracia brasileira. Elementos sobre a configuração das famílias brasileiras são apresentados a partir dos resultados do Censo 2010. Na sequência faz-se uma apreciação crítica do resultado das votações alusivas ao Código Florestal, identificando-se a influência da “bancada ruralista” como um “partido” de muitas facetas; seguem-se informações sobre o novo marco regulatório para a mineração no Brasil e o exame dos efeitos nefastos que a desoneração da Folha de pagamento pode trazer para o financiamento dos Direitos Sociais no país. Conclui-se com um breve relato sobre o primeiro ano da Comissão Nacional da Verdade.

A luta dos catadores de material reciclável no Distrito Federal; a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que suspendeu a liminar que impedia o Governo Federal de proceder a desintrusão da Terra Indígena Xavante de Marãiwatsédé, na região de São Felix do Araguaia, Mato Grosso; e análise sobre os riscos da Portaria 303 da Advocacia-Geral da União (AGU) constituem os temas abordados no âmbito dos movimentos sociais.

As notícias do Congresso trazem informações sobre: a prorrogação da CPMI do Cachoeira; a tramitação da Proposta de Emenda à constituição (PEC) que propõe a redução da maioria penal de 18 para 16 anos; informações sobre o Projeto de Lei (PL) que institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; a regulamentação da profissão de teólogo; o PL que obriga ONGs a publicarem seu balanço financeiro; e a concessão da comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara, pelo Senado Federal.

Internacional

O prêmio Nobel da Paz para a União Europeia

Esse prêmio da Paz saúda a realização de um antigo sonho histórico de ter a Europa unida. Foi quase uma epopeia. “O Nobel da Paz para a União Europeia é algo magnífico para acolher na alegria” escreve o jornal *Le Monde*, pouco acostumado a expor os seus sentimentos. Jacques Delors, um dos principais artesãos da construção da União fala de um “evento espiritual”. Reconstruir a paz entre países que fizeram a guerra durante anos, para muitos militantes da paz, tem uma dimensão mística. Trata-se de “dar uma alma à Europa”

O Nobel quer saudar seis décadas de promoção da paz, do perdão, da reconciliação, da solidariedade, de democracia e dos direitos humanos. Há de reconhecer, no entanto, que nem todos os

países partilham esse projeto. Alguns – e antes de todos: o Reino Unido – consideram a União apenas como um grande mercado, deixando de lado o coração da União: a sua dimensão política.

Há algo de formidável ao ver os seis países fundadores se ampliarem para 15, em 2004 (apenas 15 anos depois da queda do muro de Berlim) e aumentando em seguida para 27, integrando os Países da Europa Central e Oriental (PECO).

A União Europeia é um projeto político e ético que diz respeito a todas as dimensões da construção da paz (social, cultural, ambiental). A economia tem uma posição central, talvez a mais importante. A criação de uma moeda comum em 2002 foi um passo decisivo. Neste período de crise e de mundialização a União está fragilizada. Os cidadãos dos países que a compõem sentem-se mais ameaçados do que protegidos por seus avanços.

O premio Nobel é o reconhecimento dos esforços de centenas de milhares de homens e mulheres apaixonados que acreditam, além de muitas dificuldades, na possibilidade de unir os povos. A União se constrói pouco a pouco com passos firmes. A atual crise não pode ser a árvore que esconde a floresta de tudo o que foi feito de muito positivo. O novo Tratado financeiro ilustra a vontade dos países de consolidar e ampliar o que já foi alcançado.

A União trouxe, *ad intra*, a paz e a prosperidade entre os países membros. Representa uma experiência que pode inspirar outras regiões, em particular a América Latina. Mas ainda falta muito caminho a ser percorrido para desenvolver as políticas externas. Os resultados da integração ainda são muito pequenos no campo da cooperação para o desenvolvimento (não sem razão fala-se, às vezes, da “fortaleza europeia”), em matéria de política de migrações e de defesa comum (criar uma só exército para todos os países da União), e no campo da diplomacia. Só partilhando as soberanias dos membros, a União poderá aproximar-se do Prêmio recebido, e vivê-lo mais plenamente.

Crise na Europa

A crise econômica que abala o continente europeu com sérias consequências na vida da população parece estar longe de ser debelada. Neste mês a chanceler alemã, Angela Merkel, visitou a Grécia para uma reunião com o presidente grego Carolos Popoulias e o primeiro ministro Antonio Samaras com o pretexto de dar apoio às medidas econômicas adotadas pelo governo grego.

Merkel foi recebida com muitos protestos. O aparato de segurança montado para a visita revela a grande insatisfação da população grega com as medidas que estão sendo adotadas, avalizadas pelo governo alemão, conhecidas como plano de ajuste fiscal. Destas medidas destacam-se o aumento dos impostos, a demissão de funcionários e o corte de direitos trabalhistas.

A crise grega é parte da crise que afeta toda a Europa atingindo, além da Grécia, Portugal, Espanha e Itália. Os mecanismos de resolução da crise têm gerado grande retração econômica nestes países. No caso da Espanha o lado visível da crise está no desemprego alcançando a média de 22% da população ativa, a maior desde 1995. Destes os mais atingidos são os jovens com menos de 25 anos, dos quais 51% estão desempregados. A situação de crise aprofundada na Europa tem levado a alguns fenômenos preocupantes. O primeiro é o crescimento dos partidos políticos de extrema direita que têm suas pautas embasadas na vertente nazifascista. O segundo fenômeno é o crescimento de um contrafluxo migratório dos latino-americanos. A crise espanhola dificulta ainda mais a presença de imigrantes naquele país. O terceiro é o crescimento da xenofobia aliada à pressão por políticas protecionistas para a população europeia.

Ampliação do conflito na Síria para a Turquia e Líbano

A situação interna na Síria ainda é muito grave. A violência não arrefeceu e não existem sinais de que o presidente Bashar Assad vá renunciar. Mesmo uma possível renúncia não implicaria em paz para o país devido à ação de diferentes grupos radicais islâmicos que agem interna e externamente neste país. Dois fatos agravaram a situação na região, abrindo a possibilidade do conflito extrapolar o território Sírio. Um ataque de morteiros a um povoado turco que vitimou duas mulheres e três crianças da mesma família. O motivo do ataque é incerto. Analistas avaliam que pode ter sido um

erro de cálculo das forças do ditador Bashar Assad ou mesmo uma iniciativa dos próprios rebeldes sírios para provocar os turcos e trazê-los para dentro da guerra civil.

Outro fator preocupante diz respeito ao Líbano. O assassinato do oficial de segurança libanês Wissam Al-Hassan tem gerado uma série de crises internas e externas no Líbano indicando que o confronto Sírio, além de respingar na Turquia, está também se expandindo para o território libanês, ameaçando, inclusive, o cargo do primeiro-ministro Najib Mikati. Estes conflitos têm colocado em lados opostos as diferentes vertentes do islamismo.

O Vaticano decidiu enviar uma delegação à Síria para mostrar solidariedade a todo o povo que sofre com o conflito no país e não apenas aos cristãos da Síria. Segundo o secretário de Estado do Vaticano, cardeal Tarcísio Bertone, a Igreja Católica não pode continuar apenas como espectadora da tragédia na Síria.

Paquistão

Chamou a atenção o atentado contra uma jovem paquistanesa que atuava contra a militância islâmica e pela defesa do direito das moças estudarem. Malala Yousufzai foi ferida junto com outras duas colegas na saída da escola.

O Talibã assumiu a autoria do atentado com a justificativa de que Yousufzai estava promovendo a cultura ocidental e difamando o grupo islâmico. No comunicado foram citadas passagens do Alcorão em que uma mulher ou criança é morta. O atentado gerou polêmica no mundo pelo medo do ressurgimento do fundamentalismo islâmico.

América Latina e Caribe

Paraguai – Presidente Frederico Franco pode sofrer processo por enriquecimento injustificado. Após denúncia de que existem irregularidades em sua declaração de bens e que em apenas quatro anos houve um aumento de aproximadamente 700% de sua fortuna pessoal, o presidente do Paraguai (no cargo desde o golpe contra Fernando Lugo em 22 de junho deste ano) veio a público se manifestar sobre as denúncias. Apresentou algumas explicações, mas a maior parte de seu enriquecimento não foi devidamente justificado. Segundo a imprensa local seu patrimônio aumentou de 150 mil dólares em 2008 para mais de um milhão de dólares, neste ano. O Ministério Público estuda a possibilidade de abertura de investigação penal e um grupo de senadores está disposto a exigir mais transparência, podendo propor processo no senado.

Colômbia – Negociações de paz prosseguem. No dia 18/10, tendo Noruega e Cuba como países mediadores e Venezuela e Chile como observadores, foi constituída a mesa de negociações de paz entre o governo Colombiano e as FARC (Forças Armadas Revolucionárias) para encerrar quase cinco décadas de conflitos. O negociador das FARC exigiu que, juntamente com o processo de negociação de paz, ocorra a intensificação de políticas que resolvam ou minorem problemas políticos e sociais. Sem essas medidas, considera que qualquer ação de paz terá vida curta. Depois da primeira rodada de negociações, a próxima ocorrerá em Havana, Cuba, em 15 de novembro. O representante do Governo elogiou as FARC por estar revelando um esforço importante no rumo da paz. A pauta das negociações incluem narcotráfico, direitos das vítimas do conflito, propriedade fundiária, participação política das FARC e o fim da guerra civil. O possível fim do conflito não significa que a violência da Colômbia terá fim, dado que grupos de narcotraficantes e outros criminosos comuns continuam em ação.

As eleições na **Venezuela** foram consideradas transparentes conforme relato do ministro espanhol José Manuel Garcia Margallo. Hugo Chávez venceu com 54,42% dos votos válidos. Foi significativa a participação da população nas eleições, dado que não é obrigatória. Isso mostra o quanto essa eleição mobilizou a população. É fato que houve uma mudança na estratégia de campanha da oposição, tornando-a mais moderada e isso possibilitou crescer eleitoralmente. Parece também que Chávez precisará fazer alterações em sua estratégia de governo para dar conta do descontentamento que foi capitalizado pelo opositor Henrique Capriles. Com o novo mandato, Chávez governará a Venezuela por 20 anos.

Ocorreu de 12 a 17 de outubro a 68ª Assembleia da **Sociedade Interamericana de Imprensa** (SIP). A presidente Dilma Rousseff, que era esperada, não compareceu para não se ver associada à pauta da SIP. Essa entidade congrega poderosos grupos econômicos que, em nome de uma suposta liberdade de expressão, defendem mesmo é o direito de empresa e fazem exatamente o contrário do que pregam, pois os monopólios ou oligopólios por eles controlados impedem uma verdadeira democratização dos meios de comunicação em diferentes países. Algumas dessas empresas estiveram na sustentação do golpe em Honduras e, mais recentemente, no Paraguai. Enquanto condenavam, por exemplo, a *Ley dos Medios* na Argentina, um representante da ONU se manifestava favoravelmente à lei, considerando-a modelo para outros países. São empresas que, no Brasil, são contra a classificação indicativa dos programas e contrários à permanência do programa “A voz do Brasil” em horário fixo por interesses comerciais. São também contra o funcionamento dos conselhos de comunicação definidos na Constituição e a criação de um marco regulatório dos meios de comunicação.

Nacional

Eleições municipais: uma avaliação inicial

Aguardado com ansiedade pelo mundo político, o resultado final das eleições municipais 2012 possibilitará fazer diversas interpretações sobre o seu significado, os possíveis “recados das urnas”, os vencedores da contenda, os perdedores, bem como a repercussão do pleito nas eleições 2014.

O julgamento da Ação Penal 470, o mensalão, foi motivo de esperança das oposições para fustigar o principal partido da coligação governista e, ao mesmo tempo, causava ansiedade nos dirigentes do PT. Porém, “fechadas as urnas”, infere-se que sua influência se deu de modo indireto nas eleições.

Indiretamente, o “mensalão” pode ter influenciado no ambiente geral das eleições, marcadas pelo sentimento de renovação. Nesta perspectiva a Lei da Ficha Limpa apontou para a renovação na maioria das disputas realizadas. Diferente do pleito de 2008, cujo signo geral foi de continuidade, as eleições municipais deste ano, em alguma medida, sinalizaram a busca pela novidade. Hipótese que necessita de posterior confirmação, pois, por um lado, parcelas do eleitorado identificaram nas mazelas expostas no julgamento da Ação Penal 470 (mensalão) algo inerente e estrutural ao sistema político brasileiro e não exclusivamente de um partido em particular. De outro lado, deixaram de comparecer às urnas, aumentando o índice de votos nulos e de abstenção que, no primeiro turno, foi de 16,4% e, no segundo, 19%.

Dentre os principais partidos, merece destaque o resultado obtido pelo PT, pois conquistou a maior votação de sua história, ampliou o número de prefeituras governadas e venceu na mais cobiçada das cidades em disputa, São Paulo. A derrota em importantes capitais do nordeste, motivada majoritariamente por fatores locais, demonstra a ausência de uma estratégia mais nacional.

O PSB revelou-se nas eleições municipais de 2012, tornando-se partido de médio porte e com razoável capilaridade. Proporcionalmente, apresentou o maior crescimento, conquistando cinco capitais, ficando à frente dos demais partidos. Contudo, algumas vitórias do partido foram ocasionadas por questões de natureza local, como em Belo Horizonte, resultado da boa avaliação do atual prefeito e de alianças regionais.

O PMDB continua com a maior capilaridade, ainda que tenha decrescido em número de prefeituras que governará. Revelou-se o segundo partido em termos de votação absoluta nacional, apresentando-se como partido municipalista e de pequenas e médias prefeituras. Todavia, a vitória em primeiro turno no Rio de Janeiro, cidade de grande visibilidade, o fortalece.

O PSD disputou sua primeira eleição e já se desponta como de médio porte, com 493 prefeituras eleitas, embora seu principal artífice tenha sido, simultaneamente, vencedor e derrotado. Ou seja, vencedor por elevar o recém-criado partido à qualidade de quarta maior legenda em termos de prefeituras conquistadas; perdedor, devido à derrota sofrida na cidade que administra – São Paulo.

Os partidos da oposição ao governo federal têm razões para comemorar. O PSDB, por exemplo, obteve a vitória em capitais do Norte (Manaus e Belém) e no nordeste (Teresina e Maceió). De outra parte, reduziu-se a quantidade de prefeituras que serão administradas pelo partido, especialmente em regiões em que tradicionalmente obtinha grandes votações (Sudeste, Sul e Centro-Oeste).

O DEM sofreu fortes abalos e viu reduzir drasticamente as prefeituras que administra, seja pela derrota eleitoral seja pela migração partidária. Porém, a vitória em Salvador, com o neto de uma das principais lideranças desse partido no passado, minimiza os efeitos da desidratação que vêm sofrendo, principalmente no nordeste.

De modo geral, os partidos governistas fortaleceram-se nas eleições, ampliando a quantidade de prefeituras que administram. Isto representa um fator importante nas eleições de 2014 para a formação de bancadas nas assembleias legislativas e na Câmara dos Deputados. No que se refere aos partidos da oposição, observaram-se vitórias pontuais, mas relevantes, sobretudo, em regiões onde tradicionalmente têm tido dificuldades de inserção.

A julgar os possíveis reflexos das eleições municipais na sucessão presidencial de 2014, pode-se inferir que sua influência será mínima, uma vez que foram marcadas por temas e dinâmicas locais. Não se exclui, portanto, a consolidação das alianças entre PT e PMDB, sobretudo no segundo turno, a exemplo do apoio na eleição de São Paulo. Além disso, o governador de Pernambuco, agora alçado como liderança emergente, movimentou-se com olhar direcionado para além de 2014. A fragorosa derrota do PSDB em SP retira do estado o protagonismo oposicionista, transferindo-o agora para Minas Gerais.

O julgamento do “mensalão”: um novo paradigma?

O julgamento da ação penal 470 (Mensalão) era aguardado pela população que se sente indignada com a corrupção endêmica nas estruturas políticas brasileiras e impotente diante dos mesmos jogos de poder em vigor. Era esperado como um divisor de águas, posto não ser da tradição do STF a condenação de políticos. Começou e prosperou sob os holofotes da mídia que registrou os bate-bocas entre o Relator e o Revisor, divididos sobre conceitos jurídicos pouco acessíveis aos telespectadores, mas nem sempre desprovidos de fundamentos.

No confronto entre o Procurador Geral da República e a morosidade da defesa, o espectador desavisado contemplou, abismado, os milhares de páginas dos dossiês ficando com um sentimento de perplexidade e irrealidade. Este julgamento histórico na instância mais elevada da Justiça para crimes de corrupção ativa e passiva, peculato, estelionato e formação de quadrilhas, talvez ficasse melhor e fosse mais apropriado nos tribunais penais.

Na mais alta Corte do país, foram julgados, ao mesmo tempo, políticos, um partido político, o sistema político brasileiro e talvez o próprio sistema judiciário por falta eventual de credibilidade no seu funcionamento. Por isso, o julgamento não foi só penal, mas também político onde há lugar para convicções, mesmo justas, mas nem sempre congruentes com os fatos incriminados.

Fica um mal-estar para o espectador que não está querendo juntar-se aos aplausos populares, ao descrédito da população nos políticos em geral. Declarações múltiplas e diversas dos ministros levam a alguns questionamentos. Afirmar que o julgamento funciona como “um freio de arrumação” na política brasileira é provavelmente correto e verdadeiro. Isso pode ser dito por qualquer um, mas talvez menos por um magistrado no exercício das suas funções. Arrumar a atividade política não é papel do judiciário, mas do legislativo.

A essa ambiguidade de ordem institucional, alguns analistas julgam que se acrescentaram deduções em excesso para fundamentar votos. Avaliam que esse modo de proceder deixa no ar a sensação de meias verdades. Houve divergências de entendimento para o convencimento dos magistrados. Cada um escolheu dentre os depoimentos colhidos os que lhe pareceram mais adequados para dar sua sentença. O provérbio popular, “Cada cabeça, uma sentença”, justificou a prática de se basear em indícios distintos uns dos outros, e criou um resultado somatório de forças no plenário.

Segundo comentaristas, surpreendeu o conhecimento que os ministros demonstraram ter do funcionamento do sistema político, do jogo das coligações eleitorais seguidas de coligações parlamentares, jogos de natureza diversa, sob forma de negócios e de outras relações clientelistas qualificadas, não sem razões, como indícios criminais. A consagração de indícios e deduções como provas, para condenar, pode criar uma insegurança jurídica. Houve um juiz que, com base no julgamento do mensalão, colocou em xeque a votação da Emenda 41 da reforma da Previdência, por ser aprovada sob influência da compra de votos.

Diante de tanta injustiça em julgamentos cometidos durante a ditadura, a grande relevância dada, nesse julgamento, à prova indiciária preocupa, pois possibilita abrir espaço para arbitrariedades, que podem estar a serviço de interesses escusos. Fica uma dúvida: será que a Corte Suprema está criando uma jurisprudência que autorize o sistema judiciário julgar e condenar crimes semelhantes, mesmo com falta de provas? Trata-se de um novo paradigma para arrumar a casa?

Que haja pessoas que tenham cometido ilegalidades, não há dúvida. Invocar que conchavos e negociatas sejam corriqueiros na vida política não é explicação aceitável moral e politicamente. A corrupção com garantia de impunidade corrói o tecido social e político. O próprio judiciário, tampouco, fica isento, sendo, algumas vezes, conivente com os delitos da elite política ou invocando a falta de provas.

O julgamento do “mensalão” atinge não somente um partido, mas o próprio sistema político brasileiro. Questiona o modo de financiamento dos partidos e incentiva uma ampla reforma política necessária para a condução do país pelo bem das Instituições da República.

A família brasileira vista pelo censo demográfico de 2010.

Das pessoas de 10 anos ou mais de idade, um pouco mais de 50% vivia em 2010 “em união”, ou seja, 81 milhões de pessoas. Mas daqueles (outra metade) que declararam não viver “em união” na data do censo, 29% deles, ou seja, 23,6 milhões, já haviam vivido “em união”. Na declaração do estado civil, os “solteiros” representam 55,35% da população de 10 anos ou mais (90 milhões), entretanto 35,36% da população (57 milhões) nunca viveram “em união”. Esses números evidenciam a amplitude das “migrações” de um estado civil a outro, como também as histórias de vida conjugal da população brasileira, sobretudo com o aumento significativo das “uniões consensuais” (29,5 milhões das uniões, ou seja, 36,3% dos que vivem “em união”).

A população brasileira tem mostrado cada vez menos formalidade na hora de compartilhar a vida. Pois, as uniões consensuais passaram de 28,6% a 36,3% entre 2000 e 2010. Entretanto, o percentual de casamentos “civil + religioso” caiu de 49,4% a 42,9 %. O casamento só no civil está mantendo-se ao percentual de 17 % e o casamento só no religioso baixa mais ainda de 4,4% para 3,4 %. Entre os indivíduos com mais de cinco salários mínimo, a percentagem de uniões consensuais é de 19,7 %. No Amapá, 63,5 % das uniões são consensuais, entretanto são 25,9 % em Minas Gerais. Considerando a religião, 44,7 % dos católicos são casados no “religioso + civil”, entretanto 37,5% (28,7% em 2000) dos católicos vivem em uniões consensuais e 13,3 % são casados só no civil e 4,5 % só no religioso. O aumento das uniões consensuais está relacionado com novos arranjos familiares mais práticos e econômicos. O número de divorciados mais que dobrou de 2000 a 2010.

A percentagem de casais com filhos, que representava 56,45% das famílias, é hoje de 49,4%, deixando de ser a maioria absoluta como foi assinalado na imprensa. Cresceu correlativamente a percentagem de casais sem filhos de 14,9% a 20,2 %. Do total de 27,4 milhões de casais com filhos, 16,3 % vivem com enteados e filhos ou apenas com enteados.

Outro fato relevante é que, no censo de 2010, registraram-se 8,5 milhões de famílias chefiadas por mulheres, seja 15,1% do total das famílias. Elas eram da ordem de 12% dez anos atrás. Segundo as pesquisas são famílias, em sua maioria, de baixa renda, o que foi denominado como a “feminilização da pobreza” no Brasil. Observamos uma minoria de pais com filhos, da ordem de 2,3%. Por outro lado, os homens têm mais propensão que as mulheres em realizar outra união depois da separação ou do abandono da mãe solteira.

Ainda outra faceta é que os avós ajudam as famílias monoparentais ou não, no mesmo domicílio ou não. O fato de a família estar constituída de três gerações é de suma importância para o bem-estar ou até sobrevivência da família. Em não poucos casos, os avós estão contribuindo de maneira significativa na renda familiar.

Código Florestal: fim de pauta ou pauta sem fim?

Poucos temas ganharam relevo e despertaram tanto interesse no Congresso Nacional como ocorreu com a Reforma do Código Florestal. Há pelo menos 13 anos que o tema é discutido nos meios de comunicação e mais recentemente nas redes sociais. Em 18 de outubro último, a presidente Dilma vetou nove pontos da Medida Provisória 571/2012, editada para preencher os vazios deixados pelos vetos no novo Código Florestal, sancionado pela presidente no primeiro semestre deste ano .

A ministra do Meio Ambiente, em tom efusivo, disse que a discussão sobre o Código Florestal doravante é uma página virada, pois segundo ela, “ninguém mais aguentava essa polarização”.

A declaração da ministra revela o quanto foi tenso o debate em torno de um tema, que aparentemente ficaria restrito a um público seletivo, entretanto, alcançou grande audiência polarizando distintas perspectivas de desenvolvimento. O debate desnudou a voracidade de amplas parcelas do agronegócio presente na Câmara dos Deputados.

A tramitação da Reforma do Código Florestal é mais um capítulo da reação dos ruralistas às conquistas presentes no ordenamento jurídico brasileiro, inovador e contemporâneo com os desafios da necessária compatibilidade entre produção e preservação. O avanço no texto constitucional, no que tange à pauta ambiental, se inscreve como parte das inúmeras vitórias, fruto das mobilizações sociais que culminaram na Constituição de 1988.

Ademais, o Brasil, gradativamente, não obstante os governos de distintas orientações políticas, sintonizou-se e, muitas vezes, esteve na vanguarda mundial em relação ao conceito de desenvolvimento sustentável. Esse consenso começou a cindir a partir do momento em que os ruralistas conquistaram inédita representação na Câmara dos Deputados, formando praticamente um partido político com agenda própria, direção e programa.

Os ruralistas atuam com desenvoltura, interferem na composição da mesa diretora e das comissões da Câmara dos Deputados, especialmente as de seus interesses. Estão no governo e na oposição, são simultaneamente moderados e radicais. Os membros do “partido ruralista” que apoiam o governo habilmente, bloqueiam - pela negociação - as iniciativas do governo que estão mais próximas à sustentabilidade ambiental; os da oposição, tencionam ao máximo e, apesar das conquistas obtidas, permanecem insaciáveis.

A vitória alcançada pelos ruralistas na reforma do Código Florestal revela, contudo, o fosso entre eles e a sociedade brasileira, que em pesquisas de opinião e nas mobilizações em torno da campanha “Veta, Dilma!” expressou opinião contrária à anistia aos desmatadores e à redução das áreas de proteção permanente – APP. A Campanha “Veta, Dilma!” conquistou ampla adesão social, sendo considerada por muitos analistas políticos um fenômeno social.

Esse fenômeno social pode estar de, alguma maneira, influenciando a pesada campanha de *marketing* promovida pelo agronegócio, visando a reconstruir sua imagem arranhada, devido à truculência e ao desprezo de parcela dos ruralistas presentes no Congresso Nacional. Os vetos parciais da presidente Dilma apenas mitigaram os impactos negativos. Em que pese o texto final do Código Florestal ter ficado mais à imagem e a semelhança dos interesses dos ruralistas, algumas de suas lideranças ainda questionarão a validade de pontos da Medida Provisória no Supremo Tribunal Federal (STF).

Outras lideranças ruralistas, essas “100% satisfeitas”, miram na regulamentação do Código Florestal, bem como se articulam para reduzir as unidades de conservação, avançar nas terras indígenas e quilombolas, impedir qualquer revisão dos índices de produtividade para efeito de reforma agrária, a ampliação dos limites para a compra de terras por estrangeiros no país.

Aliada a essas pautas, soma-se a ampliação dos projetos de mineração e de hidrelétricas na região amazônica, que faz parte da lógica perversa de enxergar o Brasil meramente como exportador de matéria-prima. Longe de ser uma “página virada”, o Código Florestal é uma página que antecipa as fortes ameaças a que estão submetidas comunidades tradicionais e seus territórios, como alvo da voracidade de um modelo de desenvolvimento.

Novo marco legal da mineração

Nesse momento, o Ministério de Minas e Energia aguarda o momento político propício para enviar ao Congresso Nacional sua proposta de novo marco legal da mineração. De forma geral, este novo marco busca modificar três aspectos do setor mineral.

Primeiramente, deverá criar instrumentos que agilizem a concessão de licenças de lavra, facilitando a implantação de novas minas, além de propor a criação de Áreas de Relevante Interesse Mineral, onde vigorariam procedimentos especiais para a exploração de minerais considerados estratégicos pelo MME.

Em segundo lugar, ele diz respeito a questões institucionais, incluindo a criação do Conselho Nacional de Política Mineral, cuja composição seria definida por decreto presidencial. Por fim, o novo marco legal deverá alterar a forma de cálculo dos royalties da exploração mineral, aumentando a transferência dos resultados financeiros para o Estado.

Construído exclusivamente a partir da perspectiva das empresas e do Estado, o novo marco legal parece ignorar questões fundamentais para o debate sobre os impactos da mineração sobre comunidades e meio ambiente. Temas como a responsabilidade pelos impactos sociais da implantação dos projetos, o reconhecimento dos direitos dos proprietários da superfície, a internalização dos custos socioambientais, ou a definição de situações onde os prejuízos sociais e ambientais gerados pela mineração são ignorados pelos documentos disponibilizados pelo MME.

Tal constatação indica que, ao estimular o atual padrão mineiro-exportador, o Estado estará contribuindo para intensificar os conflitos normalmente associados ao modelo de exploração mineral atualmente vigente no país.

Desoneração da folha de pagamento: remédio errado para um diagnóstico certo

A política de desonerações do governo federal poderá reduzir cerca de R\$ 7 bilhões da receita da previdência só em 2012 ou R\$ 10 bilhões dependendo das alterações no Congresso Nacional. A política de desonerações consiste em desoneração da folha de pagamentos, eliminação de contribuições patronais e redução ou retirada da contribuição previdenciária de responsabilidade das empresas. O diagnóstico do governo a respeito da necessidade de incentivar a economia em um cenário interno e internacional de crise econômica é bastante acertado, mas pode estar adotando medidas que fragilizem a seguridade social. Baixar o custo do trabalho pode ser equivocado, quando estudos indicam que os salários no Brasil são baixos e que os encargos se assemelham a muitos países.

Se considerarmos que a Seguridade Social no Brasil é a responsável por um conjunto de políticas promotoras da diminuição das desigualdades sociais, ao garantir que todos tenham direito a um mínimo social, mesmo sem ter contribuído para o regime geral, podemos considerar que é, também, política de direitos humanos e garantia de cidadania. Integrada por contribuições de trabalhadores, empregadores e dos governos, possibilita políticas de saúde, previdência, assistência social e seguro-desemprego para milhões de pessoas.

A Seguridade Social contribuiu nos últimos anos para a sustentação do crescimento e redução de desigualdades ao incrementar o ciclo virtuoso gerador de emprego, consumo, investimento e produção. Uma crescente desoneração pode prejudicar esse círculo virtuoso, suspeita mais que necessária, se se levar em conta que países que adotaram medidas semelhantes não lograram necessariamente sucesso no estímulo ao crescimento econômico. Seria muito mais eficiente para estímulo do crescimento estabelecer a progressividade na carga tributária, reduzindo a taxa sobre o

consumo, além de enfrentar as taxas abusivas dos bancos (principalmente privados) que reclamaram da baixa da taxa SELIC e que continuam onerando a vida dos endividados no Brasil.

Comissão Nacional da Verdade

No próximo dia 18 de novembro a Lei 12.528/11, que criou a Comissão Nacional da Verdade (CNV), completará um ano de sua promulgação.

Com a enorme tarefa de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos, praticadas no período fixado no artigo 8º do Ato das Disposições Transitórias Constitucionais, ou seja, 18 de setembro de 1946 a 05 de outubro de 1988, a fim de efetivar o direito à memória e a verdade histórica, e promover a reconciliação nacional, a CNV tratou preliminarmente de organizar a estrutura necessária para o cumprimento dos objetivos gerais e específicos.

Durante os meses de junho a agosto, os comissionados nomeados e empossados no mês de maio de 2012, dedicaram a sua agenda para aprovação de Decreto, Regimento Interno, Plano de Trabalho e nomeação de comissionados responsáveis.

Com o título de **Subcomissões** foram constituídos sete grupos de Pesquisa, geração e sistematização de Informações, a saber: 1. Antecedentes, contexto e razões do golpe militar; 2. Mortes, desaparecimentos forçados, ocultação e destruição de cadáveres, tortura e violência sexual; 3. Estruturas da repressão do estado e seus patrocinadores e apoios, internos e externos; 4. Violação de direitos relacionados à luta pela terra, incluindo populações indígenas, com motivação política; 5. Araguaia; 6. Violação de direitos de exilados e desaparecidos políticos Fora do Brasil; e 7. Operação Condor.

Outros grupos temáticos podem ser criados para atender a estrutura do relatório. A organização do trabalho se dá mediante um relatório final e vinhetas. Cada vinheta deve conter um relatório analítico, esclarecendo circunstanciadamente os fatos. Dependendo da matéria a que se refira deve identificar, também, a autoria dos perpetradores das graves violações de direitos humanos, bem como local, data, vítimas e informações adicionais pertinentes.

A **Subcomissão de “Relações com a sociedade civil e instituições”** se ocupa da realização de audiências públicas e parcerias com as Comissões da verdade no âmbito estadual e municipal; ou institucionais (OAB, USP, por exemplo); com Organizações da sociedade civil; e Entidades internacionais.

A **Subcomissão de “Comunicação Externa”** dedica-se à sensibilização da opinião pública: transmissão ao vivo das audiências públicas, página na internet, denúncia online e perguntas direcionadas aos comissionados e das ferramentas de relação da CNV com o público, por meio de site específico da CNV, respeitando o padrão da Lei de Acesso à Informação; e instalação de ouvidoria, criando e dando ampla publicidade de canais para o encaminhamento voluntário de informações por qualquer cidadão, garantido o anonimato.

O país vive um tempo privilegiado em que a população se organiza para reivindicar a verdade dos acontecimentos. Valendo-se da criação das comissões estaduais, a exemplo de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pernambuco, das Comissões criadas no âmbito das Universidades como a da USP e UNB e agora também das anunciadas Comissões da Verdade no âmbito das Empresas Públicas, a CNV firma convênios e otimiza recursos.

O calendário, divulgado na página da Comissão da Verdade, expressa a quantidade de audiências públicas, atendimentos reservados, seminários, oitivas entre outros procedimentos, que se realiza com a transparência requerida na Lei.

Movimentos Sociais

Catadores de material reciclável do DF

Nas últimas semanas, o Governo do Distrito Federal (GDF) anunciou a realização de audiência pública com relação a uma Parceria Público-Privada (PPP) na área do recolhimento do lixo na Capital.

Este anúncio causou muita indignação entre os catadores de material reciclável da cidade, pois eles não foram levados em consideração na elaboração de tal programa: nem informados, nem consultados, nem teriam seus direitos assegurados nas futuras ações do GDF com relação à coleta de lixo urbano.

Esta PPP é, inclusive, extremamente generosa com relação à empresa privada: um negócio para 30 anos, assegurando a exclusividade do "filet mignon" do lixo do Plano Piloto, num valor total próximo a R\$ 12 bilhões.

Revoltados, os catadores de material reciclável fecharam o acesso ao "lixão da Estrutural", que recebe o lixo da cidade, durante mais de uma semana, exigindo a rediscussão da PPP por parte do Governo do Distrito Federal. Durante uma assembleia realizada dentro do próprio "lixão da Estrutural", entre os catadores, representantes do GDF e da Secretaria-Geral da Presidência da República, foi firmado um acordo.

No acordo, determinados aspectos daquela Parceria Público-Privada serão revistos, de maneira a assegurar os direitos dos catadores, tanto no que diz respeito à sua participação na coleta no Plano Piloto, como no que diz respeito ao seu fortalecimento institucional como cooperativa apoiada pelo Poder Público para participar da coleta de lixo na Capital. Após a realização deste acordo, o "lixão da Estrutural" foi reaberto pelos catadores.

Terra Indígena Xavante Marãiwatsédé - Mato Grosso

O Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Carlos Ayres Brito, suspendeu a liminar que impedia o Governo Federal de proceder a desintrusão da Terra Indígena Xavante de Marãiwatsédé, na região de São Felix do Araguaia, Mato Grosso.

Os Xavantes foram retirados de sua própria terra em 1966 e durante a ditadura militar ela foi entregue à empresa Suiá Missú, símbolo maior do latifúndio naquele período e alvo de inúmeras denúncias por parte de Dom Pedro Casaldáliga, então Bispo de São Felix.

Depois de décadas de luta do Povo Xavante, após a demarcação e homologação, em 1992, pelo Presidente da República, depois de uma briga jurídica aparentemente infundável, dado que o poder político do Estado do Mato Grosso nunca aceitou aquela terra nas mãos de seus legítimos donos e sempre pressionou política e juridicamente para a desintrusão não acontecer, finalmente o STF reconheceu que esta pode e deve ser feita e a comunidade Xavante deve recuperar seu território e ali viver em paz.

A operação de desintrusão está planejada e encaminhada pelo Governo Federal, começando pelos grandes invasores. Os pequenos invasores, que ocupam áreas daquele território ou são famílias que trabalham nas fazendas, depois de devidamente cadastrados, serão considerados clientela da Reforma Agrária e encaminhados para assentamentos que estão sendo organizados na região, especificamente para aqueles que deixarão a Terra Indígena Xavante de Marãiwatsédé.

Portaria 303 da AGU

O Ministro Luis Adams, da Advocacia Geral da União, editou a Portaria 303, com a finalidade específica de internalizar no Governo Federal a decisão do Supremo Tribunal Federal com relação à Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

Essa "internalização" diz respeito especificamente às "condicionantes" propostas pelo falecido Ministro Menezes Direito quando do julgamento da homologação daquela terra indígena.

A Portaria causou comoção entre os povos indígenas e seus apoiadores, pois ela coloca sérios obstáculos ao reconhecimento dos territórios indígenas e implica, inclusive, na possibilidade de revisão de toda e qualquer terra indígena já demarcada e homologada. A própria Presidenta da FUNAI, Marta Azevedo, solicitou do Ministro da AGU a sua revogação.

Houve, nos últimos meses, diversas manifestações dos povos indígenas contra a Portaria 303, o que fez com que o Ministro Luis Adams a suspendesse por duas vezes. Atualmente a portaria se

encontra suspensa, à espera de discussão e votação, pelo Plenário do STF, dos embargos colocados àquelas "condicionantes" e que questionam que estas tenham validade para as demais terras indígenas no Brasil, além da Raposa Serra do Sol.

Não se sabe quando o STF retomará a votação destes embargos, se neste ano, no próximo ou daqui a vários anos. De qualquer maneira, a não revogação da Portaria 303, exigida pela FUNAI, pelos povos indígenas e pelas entidades indigenistas, mantém a ameaça de os direitos constitucionais dos povos indígenas virem a ser gravemente violentados no futuro.

Notícias do Congresso Nacional

1. CPMI do Cachoeira

A CPMI do Cachoeira deve decidir nesta semana sobre a prorrogação do prazo de seus trabalhos, previsto para encerrar no próximo dia 4 de novembro. Os líderes partidários, no último dia 16, já concordaram com a prorrogação, mas não definiram por quanto tempo. A oposição defende que a prorrogação seja 180 dias; outros parlamentares defendem o tempo de mais 60 dias.

No Senado, o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) iniciou a coleta de assinaturas no Senado e já conseguiu 35 adesões (oito a mais que o necessário). Já na Câmara, o deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS) coletou 80 assinaturas das 171 necessárias.

Uma das justificativas para a prorrogação do prazo são os mais de 500 requerimentos que estão na fila para serem votados. Isso deve ocorrer na reunião da Comissão na próxima quarta-feira (31/10). O relator, deputado Odair Cunha, disse, no entanto, que o relatório está quase pronto e que já tem mais de 700 páginas escritas.

2. PEC – redução da maioria penal

O senador Aloysio Nunes (PSDB-SP) apresentou uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) sugerindo a redução da maioria penal dos atuais 18 anos para 16 anos, alterando o artigo 228 da Constituição Federal.

Diferente de outras PECs sobre o tema, a proposta do senador Aloysio Nunes estabelece a redução da maioria penal somente para os crimes considerados hediondos, como latrocínio, sequestro e tráfico de drogas. Atualmente, menores de 18 anos só podem ser julgados com base no Estatuto da Criança e do Adolescente. Crianças, por sua vez, são inimputáveis por qualquer ato cometido.

No Senado já tramita a PEC 20/99, de autoria do então senador José Roberto Arruda, que estava arquivada e teve sua discussão retomada pelo então senador Demóstenes Torres, em abril do ano passado. Ela está parada aguardando inclusão na ordem do dia.

3. Projeto de Lei 2442/2011 – Prevenção e combate à tortura

Está pronto para ir a votação o Projeto de Lei 2442/2011, do Executivo, que cria o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, e dá outras providências. O relator é o deputado Luiz Couto que, segundo informações, tem até a próxima quinta-feira para entregar seu relatório, que vai direto a Plenário para votação por meio de acordo entre as lideranças partidárias.

Um impasse ocorre entre o governo e movimentos de defesa dos direitos humanos em relação aos artigos 7º e 8º do projeto. Várias reuniões foram feitas entre o deputado relator, os movimentos (já incluída a Pastoral Carcerária) e membros da Secretaria de Assuntos Institucionais sem que se chegasse a um consenso.

O artigo 7º estabelece o processo de composição do Comitê e o artigo 8º estabelece o processo de composição do Mecanismo. Os movimentos apresentam uma emenda que propõe consulta pública prévia à escolha dos membros do Comitê e seleção pública para a escolha dos membros do Mecanismo. O impasse está em que o governo aceita somente emendas aditivas, ou seja, que os

dispositivos garantindo consulta e seleção públicas sejam colocados em artigos isolados. Os movimentos não aceitam essa proposta porque facilita um possível veto da presidente.

4. Profissão de teólogo

Tramita na Câmara o Projeto de Lei 4293/2012, do deputado Professor Victório Galli (PMDB-MT), que Dispõe sobre a regulamentação

da profissão de Teólogo. Encontra-se na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP). A Comissão não recebeu nenhuma emenda até 18 de outubro, data limite estabelecida para sua entrega. O relator nesta Comissão, o deputado Márcio Marinho (PRB-BA), é pastor da Igreja Universal do Reino de Deus.

5. Projeto obriga ONGs a publicarem balanço financeiro em jornal e internet

A Câmara analisa projeto que obriga organizações do terceiro setor a prestar contas dos recursos públicos federais, estaduais e municipais recebidos em cada exercício financeiro. Trata-se do PL 4171/12, do deputado Vinicius Gurgel (PR-AP). Ele propõe que balanços e demais demonstrativos contábeis e financeiros de todas as entidades ligadas ao setor sejam publicados em jornal de circulação nacional e nos órgãos de imprensa locais do município ou do estado onde a entidade esteja sediada.

A determinação vale, por exemplo, para entidades não governamentais ou da sociedade civil, tais como associações, cooperativas, fundações e institutos, o que inclui, por exemplo, as organizações não governamentais (ONGs) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). O texto prevê ainda a divulgação simultânea e integral das informações financeiras dessas entidades no site do jornal na internet.

O projeto tramita apensado ao PL 5317/09. Ambos e outros apensados serão analisados pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, e depois seguirão para o Plenário. As propostas tramitam em regime de prioridade.

6. Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara

O cardeal Dom Paulo Evaristo Arns e o arcebispo emérito da Paraíba, Dom José Maria Pires, estão entre os cinco agraciados com a Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara, concedida pelo Senado Federal. A cerimônia de premiação será em dezembro, no Senado, em data a ser marcada. Esta é a terceira edição da comenda, criada em 2010.

Contribuíram para esta análise:

Pe. Bernard Lestiene SJ e Pe. Thierry Linard SJ (Ibrades), Pe. Ari Antônio dos Reis, Daniel Seidel, Pe. Geraldo Martins, Gilberto Sousa, Paulo Maldos, Pedro Gontijo e Ir. Sueli Bellato.